



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

CONTRATO N. 63/2022

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO FACULTATIVO PARA A FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS DO TRE-RS, sob regime de empreitada por preço global, processo SEI n. 0012261-93.2022.6.21.8000, que fazem entre si, a empresa **GENTE SEGURADORA S.A.**, com sede na Rua Marechal Floriano Peixoto n. 450, em Porto Alegre-RS, CEP 90020-060, com CNPJ sob número 90.180.605/0001-02, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. Marcelo Wais, no fim assinado, e o **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL**, órgão do Poder Judiciário Federal, sediado nesta Capital, na Rua Duque de Caxias n. 350, CEP 90010-280, inscrito no CNPJ sob número 05.885.797/0001-75, a seguir denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por sua Diretora-Geral, Sra. Ana Gabriela de Almeida Veiga, no fim assinada. Foi dispensada a licitação, nos termos do art. 24, inc. II, da Lei n. 8.666/1993. Os **CONTRATANTES** ficam sujeitos às normas da Lei n. 8.666/1993 e alterações posteriores e à legislação vigente e pertinente à matéria, bem como às cláusulas firmadas neste contrato.

CLÁUSULA 1 – OBJETO

1.1. Prestação de serviços de seguro facultativo para a frota de veículos próprios do **CONTRATANTE** e/ou àqueles colocados à sua disposição, conforme as cláusulas deste contrato.

1.2. Os veículos da frota do **CONTRATANTE** estão relacionados no Anexo I deste contrato.

CLÁUSULA 2 – EXECUÇÃO

2.1. A **CONTRATADA** garantirá ao **CONTRATANTE** a cobertura de seus veículos, incluído o Seguro Facultativo de Responsabilidade Civil de Proprietário de Veículos Automotores (RCF-V) e o seguro por acidentes pessoais de passageiros, conforme disposto a seguir:

2.2. O seguro de veículos observará a modalidade de valor de mercado da tabela FIPE-SP (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas de São Paulo), com fator de ajuste de 100% (cem por cento).

2.2.1. O seguro deverá indenizar ao segurado os prejuízos que venha a sofrer em consequência de danos materiais ao veículo segurado, proveniente de:

- a) colisão, abalroamento ou capotagem acidental;
- b) queda acidental em precipícios, pontes ou de viadutos;
- c) queda acidental sobre o veículo de qualquer agente externo que não faça parte integrante do mesmo ou não esteja nele afixado, como também, de carga transportada pelo mesmo, desde que decorrente de acidente viário, não se entendendo como tal a simples frenagem;
- d) incêndio ou explosão acidentais, raio e suas consequências;
- e) roubo ou furto, total ou parcial, do veículo;
- f) acidente durante o transporte por qualquer meio apropriado;
- g) submersão parcial ou total do veículo em água doce proveniente de enchentes ou inundações;
- h) granizo, furacão e terremoto.

2.2.2. Deverão estar cobertas, também, as despesas com socorro e salvamento do veículo, quando necessárias em consequência de um dos riscos cobertos dentro do território brasileiro.

2.2.3. Deverão estar cobertos na apólice de seguro, ainda, os equipamentos radiocomunicadores em frequência VHF (Marca Hytera modelo MD786G), bem como os equipamentos de ar-condicionado.

2.2.4. Em caso de sinistro, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo **CONTRATANTE**, prioritariamente, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo.

2.2.4.1. Caso a concessionária/oficina não esteja com sua documentação regular para contratação com o **CONTRATANTE**, o pagamento da franquia será efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse.

2.2.5. Caso declarada a perda total do veículo, a seguradora indenizará o **CONTRATANTE** no prazo de até 30 (trinta) dias corridos da entrega dos documentos.

2.3. Seguro de Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos (RCF-V):

2.3.1. Este seguro tem por objetivo garantir ao segurado, até o limite máximo da importância segurada, o pagamento:

a) das indenizações que for obrigada a pagar, em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de acordo autorizado de modo expresso pela seguradora, por danos involuntários, pessoais e materiais, causados a terceiros durante a vigência do contrato, inclusive os danos estéticos e/ou morais;

b) das despesas efetuadas com custas judiciais de foro civil e com honorários de advogados nomeados de acordo com a seguradora, sempre que tais despesas decorram de reclamações de terceiros acobertáveis pelo contrato.

2.3.2. Considera-se risco coberto a responsabilidade civil do segurado que decorra de acidente causado pelos veículos discriminados na apólice, ou pela carga, objeto de transporte pelos mesmos veículos, enquanto transportada.

2.3.3. Os limites máximos de indenização (LMI) a serem garantidos pelo seguro, por sinistro, são:

a) danos materiais: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

b) danos corporais: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

c) danos morais: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

2.3.4. Fixada a indenização devida, seja por sentença judicial transitada em julgado, seja por acordo, a **CONTRATADA** efetuará o pagamento da importância a que estiver obrigada no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da apresentação dos respectivos documentos.

2.3.5. Para efeito de cobertura, na apólice, os danos estéticos serão cobertos como se dano moral fossem.

2.4. Seguro por Acidentes Pessoais de Passageiros (APP):

2.4.1. Este seguro tem por finalidade o pagamento, por passageiro, até o limite máximo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) de indenização a passageiros e motorista, ou seus beneficiários legais em caso de morte e/ou invalidez total ou parcial.

2.4.2. Para efeito de indenização, será considerado o capital segurado contratado por passageiro, estipulado na apólice, para a cobertura de morte e invalidez.

2.4.3. Considera-se, para execução desta modalidade de seguro, o evento súbito e involuntário, provocado por acidente de trânsito com o veículo segurado, com data caracterizada, exclusivo e diretamente externo e violento, causador de lesão física e que, por si só, independente de toda e qualquer outra causa, tenha como consequência direta a morte ou invalidez permanente, total ou parcial, do(s) ocupantes(s) do veículo segurado.

2.4.4. É admitida a inclusão, na apólice, de assistência médica, despesas suplementares e diárias hospitalares de acordo com a lotação máxima oficial do veículo.

2.5. São prejuízos não indenizáveis:

2.5.1. Gerais – não serão cobertos os prejuízos resultantes de:

a) perdas ou danos para os quais tenham contribuído, direta ou indiretamente atos de hostilidade ou de guerra, rebelião, insurreição, revolução, confisco, nacionalização, destruição ou requisição decorrentes de qualquer ato de autoridade de fato ou direito, civil ou militar, e em geral todo e qualquer ato ou consequência dessas ocorrências; não respondendo ainda, por prejuízos direta ou indiretamente relacionados com ou para os quais próxima ou remotamente tenham contribuído tumultos, vandalismo, motins, greves “*lock-out*”, e quaisquer outras perturbações de ordem pública;

b) perdas ou danos direta ou indiretamente causados por qualquer convulsão da natureza, salvo as expressamente previstas na cláusula 2.2.1;

c) perdas ou danos ocorridas quando em trânsito por estradas ou caminhos impedidos, não abertos ao tráfego ou de areias fofas ou movediças e praias;

d) desgastes, depreciação pelo uso, falhas do material e/ou projeto, defeitos mecânicos ou da instalação elétrica do veículo segurado;

e) lucros cessantes e danos emergentes direta ou indiretamente resultantes da paralisação dos veículos segurados, mesmo quando em consequência de qualquer risco coberto pelo contrato;

f) qualquer perda ou destruição ou dano de quaisquer bens materiais ou qualquer prejuízo ou despesa emergente, ou qualquer dano consequente, qualquer responsabilidade legal de qualquer natureza, direta ou indiretamente causados por, resultantes de, ou para os quais tenham contribuído radiações ionizantes ou de contaminação pela radioatividade de qualquer combustível nuclear ou de qualquer resíduo nuclear resultante de combustão de material nuclear, bem como qualquer perda, destruição, dano ou responsabilidade direta ou indiretamente causados por, resultante de, ou para os quais tenham contribuído material de armas nucleares, ficando ainda, entendido que, para fins desta exclusão “combustão” abrangerá qualquer processo autossustentador de fissão nuclear.

2.5.2. Relacionados ao veículo – não serão cobertos os prejuízos resultantes de:

a) danos causados exclusivamente à pintura por atos danosos de terceiros;

b) perdas e/ou danos aos pneumáticos e câmaras de ar, salvo nos casos de incêndio e indenização integral do veículo segurado.

2.5.3. Relacionados à responsabilidade civil – não serão cobertos os prejuízos resultantes de:

a) multas e fianças impostas ao segurado e as despesas de quaisquer natureza relativa a ações ou processos criminais;

b) danos sofridos por pessoas transportadas em locais não destinados e apropriados especificamente a tal fim;

c) prejuízos patrimoniais e lucros cessantes não resultantes diretamente da responsabilidade por danos materiais e pessoais coberta pelo contrato.

2.5.4. Relacionados aos acidentes pessoais de passageiros – não serão cobertos os prejuízos resultantes de:

a) exames, tratamentos clínicos ou cirúrgicos, doenças (incluídas as profissionais), quaisquer que sejam as suas causas, ainda que provocadas, desencadeadas ou agravadas, direta ou indiretamente por riscos cobertos pela apólice;

b) despesas com aquisição de terrenos, jazigos ou carneiros;

c) qualquer indenização superior àquelas apuradas nas formas previstas nas normas em vigor e desta garantia, ficando o segurado como único responsável pela diferença que venha a ser paga, amigavelmente ou cumprindo sentença judicial, aos passageiros acidentados ou aos seus beneficiários;

d) danos sofridos por pessoas transportadas em locais não especificadamente destinados e apropriados a tal fim.

2.6. Endosso:

2.6.1. O **CONTRATANTE** poderá incluir a qualquer tempo novo veículo mediante endosso da **CONTRATADA**.

2.6.2. A cada novo veículo incluído, desde que pertençam à mesma categoria tarifária do seguro dos veículos constantes no Anexo I deste contrato, será pago à **CONTRATADA** valor proporcional, equivalente ao valor total do seguro da frota (cláusula 6.1) dividido pelo número de veículos segurados, adicionado de 20% (vinte por cento).

2.6.2.1. O valor também deverá ser proporcional ao número de meses faltantes para o encerramento do contrato, conforme vigência final.

2.6.2.2. O valor proporcional apurado na cláusula 2.6.2 já inclui o custo da emissão da respectiva apólice.

2.6.3. O valor observará o limite máximo previsto para aditamento de contratos.

2.6.4. A utilização de endosso, relativamente a veículos que venham a ser colocados à disposição do **CONTRATANTE**, dar-se-á sempre a critério da Administração, não havendo nenhuma obrigatoriedade quanto à sua utilização.

2.6.5. Caso algum veículo integrante da apólice de seguro deixe de ser de propriedade do **CONTRATANTE**, o valor proporcional à vigência restante da cobertura do veículo ficará provisionado a título de crédito para eventual endosso relativo a inclusão de novo veículo.

2.6.5.1. Caso o crédito não seja utilizado até o final da vigência contratual, o mesmo será desprezado.

2.6.6. Caso o novo veículo não pertença a nenhuma categoria tarifária dos veículos constantes no Anexo I deste contrato, a inclusão fica condicionada à análise da proposta a ser encaminhada pela **CONTRATADA**, observados os limites para aditamento do contrato.

2.7. Assistência técnica e operacional 24 (vinte e quatro) horas:

2.7.1. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar serviço de assistência 24 (vinte e quatro) horas para os veículos segurados, quando o veículo estiver paralisado e impossibilitado de se locomover por meios próprios, compreendendo no mínimo os seguintes itens:

2.7.1.1. Remoção do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, de qualquer cidade localizada no Estado do Rio Grande do Sul, até a sede do **CONTRATANTE**, sito na Rua Duque de Caxias n. 350, em Porto Alegre-RS, ou até oficina indicada pelo **CONTRATANTE**.

2.7.1.1.1. O condutor do veículo e seus acompanhantes terão direito ao meio de transporte mais adequado ao prosseguimento da viagem ou retorno a Porto Alegre-RS quando o veículo segurado ficar imobilizado em decorrência de acidente ou pane.

2.7.1.2. Remoção do veículo em caso de pane seca (falta de combustível) até o posto de combustível mais próximo.

2.7.1.3. Serviço de troca de pneus quando o veículo estiver impossibilitado de se deslocar devido a problemas no pneu e/ou estepe.

2.7.1.4. Serviço de chaveiro, quando o veículo não puder ser aberto em virtude da perda ou extravio das chaves, seu esquecimento no interior do veículo, ou quebra na fechadura, na ignição ou tranca de direção.

2.7.1.4.1. O serviço será prestado mediante o envio de chaveiro ao local do evento.

2.7.1.5. Serviço de carga de bateria para os casos em que é possível uma carga rápida na bateria do veículo.

2.8. Quando do pagamento de eventuais indenizações de veículo, não será aceita nenhuma estipulação que diminua o valor segurado.

CLÁUSULA 3 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. A **CONTRATADA** obriga-se a manter durante toda a vigência deste contrato todas as condições exigidas e as obrigações assumidas quando da contratação.

3.2. A **CONTRATADA** deverá designar preposto em Porto Alegre-RS para representá-la na execução do contrato, ficando o mesmo responsável pelo contato com o gestor/fiscal do contrato, zelando pelo bom andamento contratual.

3.2.1. A **CONTRATADA** deverá, ainda, disponibilizar número telefônico e endereço eletrônico para atendimento, comprometendo-se a responder a todas as solicitações no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, quando a urgência, a critério do gestor, não determinar que seja imediatamente.

3.3. A **CONTRATADA** deverá atender às convocações do **CONTRATANTE** para reuniões, sempre que necessário.

3.4. A **CONTRATADA** deverá proceder às indenizações e serviços em conformidade com o quantitativo e especificações constantes neste contrato.

3.5. A **CONTRATADA** obriga-se a reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste contrato, quando se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução dos serviços.

3.6. A **CONTRATADA** deverá responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto deste contrato, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078, de 1990).

3.7. A **CONTRATADA** observará a proibição contida no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, quanto à proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

3.8. A **CONTRATADA** fica ciente, ainda, do disposto no art. 3º, da Resolução n. 07 do Conselho Nacional de Justiça, por meio do qual é vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, podendo ser exigida, a qualquer tempo, comprovação, inclusive por meio de declaração expressa da empresa, quanto a sua observância.

CLÁUSULA 4 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. O **CONTRATANTE** compromete-se a:

a) proporcionar as condições necessárias à execução dos serviços aqui contratados;

b) efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste contrato;

c) indicar, formalmente, o gestor e/ou fiscal para o acompanhamento da execução contratual;

d) manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução deste contrato, em especial quanto à aplicação de sanções e alterações do mesmo;

e) comunicar imediatamente, por escrito, à **CONTRATADA**, a ocorrência de qualquer fato de que possa advir responsabilidade civil, nos termos do contrato;

f) entregar à **CONTRATADA** qualquer reclamação, citação ou intimação, carta ou documento que receber e que se relacione com acidente abrangido pela cobertura do contrato, observados os prazos estabelecidos pela Justiça;

g) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste contrato;

h) verificar, no prazo fixado, a conformidade do objeto contratado com as especificações constantes deste contrato e da proposta, para fins de atesto do documento fiscal;

i) comunicar à **CONTRATADA**, por escrito, falhas ou irregularidades verificadas na entrega do objeto contratado, para que seja substituído ou corrigido;

j) exercer a fiscalização dos serviços através de servidores especialmente designados, verificando se no desenvolvimento dos trabalhos estão sendo cumpridos os serviços e especificações previstos na proposta e neste contrato, de forma satisfatória, e documentando as ocorrências;

k) oportunizar a vistoria dos veículos do Anexo I deste contrato ou que sejam objeto de endosso.

CLÁUSULA 5 – RESPONSABILIDADES

5.1. Competirá exclusivamente à **CONTRATADA** o pagamento de salários, horas extras, gratificações e toda e qualquer classe de remuneração aos seus profissionais e também dos encargos sociais, prêmios de seguro de acidentes do trabalho, tributos e outros que incidam ou venham a incidir sobre os serviços ora contratados, cujos comprovantes de quitação deverão ser apresentados ao **CONTRATANTE** sempre que forem solicitados pelo mesmo.

5.2. Será de inteira responsabilidade da **CONTRATADA** o pagamento de qualquer indenização ao seu pessoal em decorrência de acidente do serviço ou doença adquirida em função do trabalho ou não, obrigando-se a inscrevê-lo no INSS, para efeito de inclusão no seguro de acidente do trabalho.

5.3. Compromete-se, igualmente, a **CONTRATADA**, a cumprir dentro dos devidos prazos, todas as obrigações fiscais, previdenciárias, sociais, trabalhistas e comerciais, a que estiver obrigada

em virtude dos serviços ora contratados, cujos comprovantes de quitação deverão ser apresentados ao **CONTRATANTE** sempre que forem solicitados pelo mesmo, ressalvado o disposto na cláusula 5.4.

5.4. A **CONTRATADA** fica obrigada a manter a regularidade trabalhista, nos termos da Lei n. 12.440/2011, a regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF – FGTS) e à Fazenda Nacional (Certidão Negativa/Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União), emitida pela Secretaria da Receita Federal – SRF e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN n. 1751, de 02 de outubro de 2014, independente de solicitação.

5.4.1. O descumprimento ao disposto na cláusula 5.4 ensejará a rescisão contratual, observada a cláusula 5.4.1.1, sem prejuízo do pagamento se a **CONTRATADA** não incorrer em qualquer inexecução do serviço.

5.4.1.1. O **CONTRATANTE** poderá conceder prazo para que a **CONTRATADA** regularize suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou sua incapacidade de corrigir a situação.

5.4.2. Tanto matriz quanto filial pode executar o objeto, haja vista tratar-se da mesma pessoa jurídica.

5.4.3. Não há diferença entre os documentos que comprovam a regularidade fiscal e trabalhista de estabelecimentos pertencentes à mesma pessoa jurídica (matriz e filiais). Havendo a comprovação quanto à regularidade de um dos estabelecimentos, automaticamente estará comprovada a regularidade dos demais.

5.5. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos referidos nas cláusulas 5.1 a 5.4, não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato.

5.6. Fica ressalvado o direito regressivo do **CONTRATANTE** contra a **CONTRATADA** e admitida a retenção das importâncias a esta devidas para a garantia do cumprimento das obrigações sociais e previdenciárias previstas em lei.

5.7. Serão de responsabilidade da **CONTRATADA** os danos causados diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização do **CONTRATANTE** em seu acompanhamento.

5.7.1. Verificado o dano, o **CONTRATANTE** eximir-se-á de qualquer responsabilidade, ficando alheio à relação jurídica que venha a se estabelecer entre a **CONTRATADA** e terceiros prejudicados.

CLÁUSULA 6 – PREÇO

6.1. A remuneração (prêmio) total pelos serviços prestados pela **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE** será de R\$ 17.003,63 (dezesete mil, três reais e sessenta e três centavos), correspondendo ao valor constante na proposta apresentada.

6.2. Os valores máximos correspondentes às franquias dos veículos segurados, os quais serão pagos exclusivamente em caso de perda parcial, seguem discriminados na tabela abaixo:

Item	Veículo	Placa	Ano Fab / Mod	Valor da franquia (R\$)
1	GM Cruze Sedan LT 1.4 Turbo Ecotec AT	IZO8C32	2019/2019	2.500,00
2	GM Cruze Sedan LT 1.4 Turbo Ecotec AT	IZO8C39	2019/2019	2.500,00
3	Nissan Sentra SV 2.0 16v CVT	IXB5093	2015/2016	2.500,00
4	Nissan Sentra SV 2.0 16v CVT	IXB5332	2015/2016	2.500,00
5	Ford Fiesta 1.6 Hatch	ISW1090	2012/2012	1.600,00
6	Ford Fiesta 1.6 Hatch	ISW1115	2012/2012	1.600,00
7	VW Kombi 1.4 Van	INN2032	2006/2007	1.600,00
8	VW Kombi 1.4 Van	ITW6505	2012/2013	1.600,00
9	GM Spin 1.8 MT LTZ	IUY5111	2013/2014	1.600,00
10	GM Spin 1.8 MT LTZ	IVY6817	2014/2015	1.600,00
11	GM Spin 1.8 MT LTZ	IVY6818	2014/2015	1.600,00
12	GM Spin 1.8 MT LTZ	QNU5055	2018/2018	1.600,00
13	GM Spin 1.8 MT LTZ	QNU5067	2018/2018	1.600,00
14	MB Sprinter 313 CDI Furgão	IMQ8749	2005/2005	3.400,00
15	Fiat Ducato Minibus 16P	ISP9021	2011/2012	3.400,00
16	Fiat Ducato Maxicargo Furgão	IUA8343	2013/2013	3.400,00
17	Peugeot Expert carga	IZR4D10	2019/2020	3.400,00
18	Renault Master passageiro 10P	IZT8C03	2019/2020	3.400,00

6.3. O preço ofertado é fixo e irrevogável, em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 28 da Lei n. 9.069, de 29-6-1995.

CLÁUSULA 7 – FORMA DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado obedecendo ao que segue: executado o serviço (entrega das apólices de seguro), a **CONTRATADA** apresentará ao **CONTRATANTE** documento fiscal pelo valor correspondente.

7.2. O documento fiscal deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho. Caberá à **CONTRATADA** informar em tal documento fiscal ou em documento apartado, o número da conta-corrente, da agência e do estabelecimento bancário no qual lhe poderá ser feito o pagamento.

7.3. O pagamento será efetuado por intermédio de ordem bancária, mediante autorização competente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado do atesto da execução do objeto decorrente do adimplemento da obrigação contratual.

7.3.1. No caso de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/1993 (R\$ 17.600,00), o pagamento será efetuado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

7.4. Na hipótese de constatação de qualquer incorreção no documento referido na cláusula 7.2 que desaconselhe o seu pagamento, o prazo de que trata a cláusula 7.3 e 7.3.1 será contado a partir da respectiva regularização, sem qualquer acréscimo no valor contratado.

7.5. Para todos os fins, considera-se a data do pagamento o dia da emissão da ordem bancária.

7.6. Os pagamentos a serem efetuados à **CONTRATADA** estarão sujeitos, quando for o caso, à retenção dos tributos e contribuições na forma determinada em lei, ficando a **CONTRATADA** incumbida de fazer as comprovações necessárias na hipótese de não retenção.

7.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento e, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido para tanto, fica estabelecido que os encargos moratórios devidos pelo **CONTRATANTE**, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

i = taxa percentual anual do valor de 6%;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i / 365$

$I = (6/100) / 365$

CLÁUSULA 8 – RECURSO ORÇAMENTÁRIO

Para atendimento das despesas foi emitido o empenho n. 2022NE000793, de 16-11-2022, à conta do elemento 3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, da ação orçamentária 02.122.0033.20GP.0043 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral – no Estado do Rio Grande do Sul, plano orçamentário 0001 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa.

CLÁUSULA 9 – VIGÊNCIA

O presente contrato vigorará por 12 (doze) meses a contar da 00 hora do dia 02 de dezembro de 2022 até as 24 horas do dia 1º de dezembro de 2023.

CLÁUSULA 10 – RECEBIMENTO DA APÓLICE DO SEGURO E VISTORIA

10.1. A **CONTRATADA** obriga-se a entregar ao **CONTRATANTE** as apólices de seguro, contendo cláusulas compatíveis com o estipulado neste contrato e em consonância com as regulamentações da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da assinatura deste contrato.

10.2. A apólice de seguro poderá apontar avaria prévia ou defeitos existentes nos veículos, desde que constatadas em vistoria acompanhada do servidor do **CONTRATANTE**.

10.2.1. A vistoria é facultativa, e não eximirá a **CONTRATADA** de cumprir com todas as obrigações exigidas neste contrato, caso resolva não realizar a mesma.

10.2.1.1. A **CONTRATADA** poderá realizar nova vistoria nos veículos da frota do **CONTRATANTE**, se assim o desejar, desde que agendada com antecedência mínima de 01 (um) dia útil junto à Seção de Transporte, através do telefone (51) 3294-8305, das 12 (doze) às 19 (dezenove) horas, de segunda a sexta-feira.

CLÁUSULA 11 – SANÇÕES

11.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a **CONTRATADA** fica sujeita à aplicação das sanções previstas nesta cláusula.

11.2. O atraso injustificado na entrega da apólice sujeitará a **CONTRATADA** à multa moratória diária no valor de:

a) 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia sobre o valor total do prêmio do seguro do 1º (primeiro) ao 15º (décimo quinto) dia de atraso; e

b) 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia sobre o valor total do prêmio do seguro do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia de atraso.

11.3. O atraso injustificado no início da cobertura do seguro sujeitará a **CONTRATADA** à multa de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor total do prêmio do seguro.

11.3.1. O atraso no início da cobertura do seguro que acarrete a perda da utilidade do objeto contratual configura hipótese de inexecução total do contrato.

11.4. O descumprimento das disposições contratuais sujeitará a **CONTRATADA** às sanções de advertência e multa conforme as condutas e as respectivas graduações dispostas a seguir:

Tabela 01 – Infrações:

Item	Infração	Grau

Item	Infração	Grau
1	Deixar de indenizar o segurado ou terceiro nos casos de sinistros elencados na cláusula 2 no prazo estipulado. Por ocorrência.	3
2	Deixar de prestar assistência técnica e operacional conforme cláusula 2.7. Por ocorrência.	3
3	Deixar de cumprir, de forma reincidente, obrigação contratual não mencionada nesta tabela. Por ocorrência.	2
4	Deixar de cumprir obrigação contratual não mencionada nesta tabela. Por ocorrência.	1

Tabela 02 – Graduações:

Grau	Valor Correspondente
1	1% do valor total do prêmio do seguro
2	3% do valor total do prêmio do seguro
3	5% do valor total do prêmio do seguro

11.4.1. Para as infrações até o Grau 1, a primeira ocorrência de cada item terá a respectiva multa substituída por advertência, desde que se trate de conduta isolada.

11.4.2. Havendo concurso de infrações, o percentual de multa ficará limitado a 10% (dez por cento) do valor total do prêmio, ressalvadas as hipóteses em a que conduta da **CONTRATADA** dê causa à rescisão unilateral do contrato.

11.5. O caso de inexecução total e os de inexecução parcial que resultem na rescisão contratual ensejarão a aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do prêmio e a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um) ano, desde que não sejam apuradas circunstâncias agravantes que recomendem a aplicação de sanção mais severa.

11.5.1. Serão reputados como inidôneos, para fins de aplicação da sanção prevista no art. 87, IV, da Lei n. 8.666/1993, os atos descritos no artigo 337 do Capítulo II-B do Código Penal.

11.6. No procedimento administrativo para a aplicação das sanções previstas neste contrato, será assegurado ao interessado o exercício do contraditório e ampla defesa, sendo-lhe facultada a apresentação de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da respectiva comunicação.

11.6.1. Após o término do respectivo procedimento administrativo, as multas serão recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da correspondente comunicação, podendo ser descontadas dos pagamentos devidos pela Administração ou ainda, cobradas judicialmente.

11.7. As sanções serão registradas no SICAF.

11.8. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não prejudica o ressarcimento por danos decorrentes da responsabilidade prevista no art. 70, da Lei n. 8.666/1993, o qual será apurado e processado nos mesmos termos das penalidades administrativas.

CLÁUSULA 12 – RESCISÃO

12.1. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes nos termos dos artigos 77, 78, 79 e 80 da Lei n. 8.666/1993, no que for cabível.

12.2. O contrato também poderá ser rescindido no caso de necessidade administrativa do **CONTRATANTE**, desde que comunicado à **CONTRATADA**.

12.3. A ocorrência de rescisão na hipótese da cláusula 12.2 não causa obrigação de indenizar qualquer das partes.

12.4. A **CONTRATADA** declara reconhecer os direitos do **CONTRATANTE** previstos nos arts. 77 e 80 da Lei n. 8.666/1993, em caso de rescisão administrativa.

CLÁUSULA 13 – ACOMPANHAMENTO DO SERVIÇO

13.1. Os serviços serão fiscalizados e avaliados pelo gestor do contrato ou comissão designada pelo **CONTRATANTE**, que na implementação do contrato será responsável pela interlocução com o preposto da **CONTRATADA** e pelo controle e conferência da adequação do serviço ao objeto contratado.

13.2. A fiscalização dos serviços pelo **CONTRATANTE** não exclui e nem diminui a completa responsabilidade da **CONTRATADA** por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais.

CLÁUSULA 14 – DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

A prestação dos serviços obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições constantes da proposta apresentada pela **CONTRATADA**, que independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato, no que não o contrarie.

CLÁUSULA 15 – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

15.1. O **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

a) o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º e/ou 11 da Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) às quais se submeterão as contratações, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

b) o tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução da contratação, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD;

c) em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à execução contratual, esta será realizada mediante prévia aprovação do **CONTRATANTE**, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução do objeto contratado, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins.

15.2. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a **CONTRATADA** interromperá o seu tratamento e, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, eliminará completamente esses dados (seja em formato digital ou físico), salvo quando a **CONTRATADA** tenha que mantê-los para o cumprimento de obrigação legal.

CLÁUSULA 16 – ANEXOS

Integram o presente contrato os seguintes anexos:

Anexo I – Veículos a serem segurados;

Anexo II – Termo de Responsabilidade e Confidencialidade das Informações do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul.

CLÁUSULA 17 – GLOSSÁRIO

Para maior clareza, as expressões abaixo mencionadas terão os seguintes significados, ressalvando os casos em que o próprio texto exija outra interpretação:

ACESSÓRIO – entende-se como acessório, original de fábrica ou não, apenas: GPS; autorrádios, conjugados ou não; amplificadores; equalizadores; tocadores de CD; televisores; telefones móveis e aparelhos transmissores/receptores de rádio, desde que fixados em caráter permanente no veículo segurado.

APÓLICE – o documento que discrimina o bem segurado, suas coberturas e garantias contratadas pelo segurado, bem como os direitos e deveres das partes contratantes.

AVARIA PRÉVIA – o dano existente no veículo segurado antes da contratação do seguro, e que não está por este coberto exceto em caso de perda total.

BENEFICIÁRIO – a pessoa que detém legalmente o direito à indenização.

CLASSE DE BÔNUS – o desconto concedido ao segurado em função de seu histórico de sinistros.

CONTRATANTE – Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul.

CONTRATADA – pessoa jurídica signatária do contrato com o Tribunal Regional Eleitoral.

DANO CORPORAL – o tipo de dano caracterizado por lesões físicas causado ao corpo da pessoa excluindo dessa definição os danos estéticos.

DANO ESTÉTICO – todo e qualquer dano causado a pessoas, implicando redução ou perda de padrão de beleza ou estética.

DANO MATERIAL – o tipo de dano causado exclusivamente à propriedade material da pessoa.

DANO MORAL – é aquele que traz como consequência ofensa à honra, ao afeto, à liberdade, à profissão, ao respeito aos mortos, à psique, à saúde, ao nome, ao crédito, ao bem-estar e à vida, sem necessidade de ocorrência de prejuízo econômico.

ENDOSSO – o aditivo ao contrato, pelo qual a seguradora e o segurado acordam quanto à alteração de dados, modificam condições ou objeto da apólice ou a transferem a outrem.

EQUIPAMENTO – qualquer peça ou aparelho, original ou não, fixado em caráter permanente no veículo segurado com exceção dos classificados como acessórios.

FATOR DE AJUSTE – o percentual que reflete a relação entre o valor do veículo segurado e o valor do veículo na tabela de referência, no momento da contratação do seguro na Modalidade Valor de Mercado Referenciado, utilizado para considerar características particulares, tais como: estado de conservação, opcionais e diferenças regionais (Ex.: 100% = valor da tabela X 1,00).

FISCAL ADMINISTRATIVO – servidor, membro da equipe de gestão contratual, responsável pela fiscalização e acompanhamento dos aspectos administrativos da contratação.

FISCAL TÉCNICO – servidor, membro da equipe de gestão contratual, responsável pela fiscalização e acompanhamento dos aspectos técnicos da contratação.

FRANQUIA – o valor definido na apólice pelo qual o segurado fica responsável em caso de sinistro de perda parcial.

FURTO – evento em que ocorre a subtração de todo ou parte do bem sem ameaça ou violência à pessoa.

GESTOR – servidor, membro da equipe de gestão contratual designada pelo **CONTRATANTE** para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, responsabilizando-se pela sua condução, nos termos do artigo 67 da Lei n. 8.666/1993.

LIMITE MÁXIMO DE INDENIZAÇÃO (LMI) – valor máximo da indenização contratada para cada garantia.

PANE – o defeito espontâneo que atinge a parte mecânica ou elétrica do veículo e que o impede de se locomover por seus próprios meios.

PRÊMIO – importância paga pelo segurado à seguradora em troca da transferência do risco a que ele está exposto.

ROUBO – evento com a subtração de todo ou parte do bem com ameaça ou violência à pessoa.

PREPOSTO – profissional indicado pela **CONTRATADA** que será o responsável por todos os procedimentos relacionados à execução do contrato perante o **CONTRATANTE**, inclusive quanto ao atendimento de todas as medidas de segurança necessárias, nos termos do art. 68 da Lei n. 8.666/1993.

TERCEIRO – pessoa culpada ou prejudicada no acidente, exceto o próprio segurado ou seus ascendentes, descendentes, cônjuge e irmãos, bem como quaisquer pessoas que com ele residam ou que dele dependam economicamente.

VALOR DE MERCADO REFERENCIADO – quantia variável garantida ao segurado, no caso de perda total do veículo, expressa em moeda corrente nacional, determinada de acordo com a tabela de referência de cotação para veículo, previamente fixada na proposta do seguro, conjugada com fator de ajuste, em percentual a ser aplicado sobre a tabela estabelecida para utilização no cálculo do valor da indenização, na data da liquidação do sinistro.

CLÁUSULA 18 – FORO

Fica eleito o foro da Subseção da Justiça Federal de Porto Alegre para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento, em meio eletrônico, constante no processo administrativo em epígrafe, no Sistema Eletrônico de Informações do **CONTRATANTE**.

Sra. Ana Gabriela de Almeida Veiga,
Pelo **CONTRATANTE**.

Sr. Marcelo Wais,
Pela **CONTRATADA**.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Wais, Usuário Externo**, em 23/11/2022, às 11:19, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Ana Gabriela de Almeida Veiga, Diretora-Geral**, em 24/11/2022, às



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-rs.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1200358** e o código CRC **F2E508A1**.

ANEXO I AO CONTRATO N. 63/2022

VEÍCULOS A SEREM SEGURADOS

TABELA DE DADOS DOS VEÍCULOS DA FROTA

Item	Veículo	Placa	Ano Fab / Mod	Cor	Combustível	Alarme Eletrônico	¹ Classe / Bônus	² Sinistros
1	GM Cruze Sedan LT 1.4 Turbo Ecotec AT	IZO8C32	2019/2019	Preta	Flex	Sim	8 / 30	0
2	GM Cruze Sedan LT 1.4 Turbo Ecotec AT	IZO8C39	2019/2019	Preta	Flex	Sim	8 / 30	0
3	Nissan Sentra SV 2.0 16v CVT	IXB5093	2015/2016	Preta	Flex	Sim	5 / 30	0
4	Nissan Sentra SV 2.0 16v CVT	IXB5332	2015/2016	Preta	Flex	Sim	3 / 20	0
5	Ford Fiesta 1.6 Hatch	ISW1090	2012/2012	Branca	Flex	Sim	10 / 30	0
6	Ford Fiesta 1.6 Hatch	ISW1115	2012/2012	Branca	Flex	Sim	10 / 30	0
7	VW Kombi 1.4 Van	INN2032	2006/2007	Branca	Flex	Não	10 / 30	0
8	VW Kombi 1.4 Van	ITW6505	2012/2013	Branca	Flex	Não	6 / 30	0
9	GM Spin 1.8 MT LTZ	IUY5111	2013/2014	Branca	Flex	Não	6 / 30	0
10	GM Spin 1.8 MT LTZ	IVY6817	2014/2015	Branca	Flex	Não	5 / 30	0
11	GM Spin 1.8 MT LTZ	IVY6818	2014/2015	Branca	Flex	Não	5 / 30	0
12	GM Spin 1.8 MT LTZ	QNU5055	2018/2018	Branca	Flex	Sim	3 / 20	0
13	GM Spin 1.8 MT LTZ	QNU5067	2018/2018	Branca	Flex	Sim	3 / 20	0
14	MB Sprinter 313 CDI Furgão	IMQ8749	2005/2005	Branca	Diesel	Não	10 / 30	0
15	Fiat Ducato Minibus 16P	ISP9021	2011/2012	Branca	Diesel	Não	7 / 30	0

16	Fiat Ducato Maxicargo Furgão	IUA8343	2013/2013	Branca	Diesel	Não	6 / 30	0
17	Peugeot Expert carga	IZR4D10	2019/2020	Branca	Diesel	Sim	2 / 15	0
18	Renault Master passageiro 10P	IZT8C03	2019/2020	Branca	Diesel	Sim	2 / 15	0

Observações:

- 1 – Refere-se à Classe / Bônus atual constante na apólice da Gente Seguradora n. 01.31.0092188.000000, Proposta n. 105657, com vigência entre a 00 hora do dia 02-12-2021 até as 24 horas do dia 1º-12-2022.
- 2 – Acidentes com acionamento do seguro ocorridos desde a vigência da atual apólice.

Observações:

1. Os veículos circulam no estado do Rio Grande do Sul, preferencialmente na cidade de Porto Alegre e Região Metropolitana.
2. Todos os veículos estão equipados com ar-condicionado, exceto o veículo Kombi, placa ITW6505.
3. Nos veículos MB Sprinter 313 CDI Furgão, placa IMQ8749, Fiat Ducato Maxicargo Furgão, placa IUA8343, e Peugeot Expert carga, placa IZR4D10, os equipamentos de ar-condicionado referem-se exclusivamente à cabine de passageiros, sendo esta isolada do compartimento de cargas.
4. No veículo Fiat Ducato Minibus 16P, placa ISP9021, e Renault Master passageiro 10P, placas IZT8C03, os equipamentos de ar-condicionado referem-se ao instalado na cabine do condutor e ao instalado na carroçaria para atender aos passageiros, bem como do sistema de ar quente para atender aos passageiros.
5. Os veículos são guardados em garagem fechada em prédios próprios do **CONTRATANTE**, com vigilância 24 (vinte e quatro) horas e controle de acesso por circuito fechado de TV.
6. Todos os veículos possuem letreiro lateral nas portas dianteiras identificativo da instituição (TRE-RS), porém nos veículos de cor preta o letreiro possui proporções reduzidas.
7. O **CONTRATANTE** possui contrato com empresa de serviços de administração e gerenciamento de manutenção preventiva, em rede credenciada, para todos os veículos da frota.
8. Todos os veículos estão equipados com rádio transeptor veicular, digital, em frequência VHF (frequência de 136 a 174 mhz), com antena móvel e kit de instalação composto de microfone tipo PTT (Push To Talk) e suporte de fixação, com recurso de monitoramento remoto - gps, marca Hytera, modelo MD786G, exceto os veículos GM Cruze placas IZO8C32 e IZO8C39.

ANEXO II AO CONTRATO N. 63/2022

TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ n. 90.180.605/0001-02, nesse ato representada pelo Sr. Marcelo Wais, inscrito no CPF sob n. 632.005.380-15, doravante denominada **CONTRATADA**, apresenta o presente **TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES**, obrigando-se a não divulgar, sem autorização do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL (TRE-RS)**, documentos sigilosos e informações produzidos, recebidos e custodiados pelo **TRE-RS**, bem como informações sobre quaisquer assuntos de que tomar conhecimento em razão da execução do contrato, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – A **CONTRATADA** reconhece que, com a aceitação do presente termo pelo **TRE-RS**, as informações a que tiver acesso em razão das atividades desempenhadas devem ser mantidas em sigilo em qualquer hipótese, e não devem ser divulgadas a qualquer pessoa física ou jurídica não autorizada pelo **TRE-RS**. A **CONTRATADA** se compromete a manter em sigilo todo e qualquer assunto de interesse do **TRE-RS** ou de terceiros de que tomar conhecimento na execução das suas funções no Tribunal, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, sem prejuízo da responsabilidade penal de quem tenha descumprido as obrigações assumidas.

CLÁUSULA SEGUNDA – A **CONTRATADA** reconhece que o tratamento sob sigilo prevalece em caso de dúvida acerca da confidencialidade de determinada informação, até que venha a ser autorizado, pelo **TRE-RS**, outro modo de tratamento. Em hipótese alguma o silêncio do **TRE-RS** deverá ser interpretado como liberação de quaisquer dos compromissos ora assumidos.

CLÁUSULA TERCEIRA – A **CONTRATADA** assume o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial adquirida por ocasião da sua atividade com o **TRE-RS**.

CLÁUSULA QUARTA – A **CONTRATADA** obriga-se a informar imediatamente ao **TRE-RS** qualquer violação das regras de sigilo por parte dela, de qualquer de seus empregados e empregadas ou de quaisquer outras pessoas, inclusive nos casos de violação não intencional ou culposa de sigilo das informações.

CLÁUSULA QUINTA – O descumprimento de quaisquer das cláusulas deste Termo poderá implicar a responsabilidade administrativa, civil e criminal dos que estiverem envolvidos na violação, conforme Cláusula Primeira.

CLÁUSULA SEXTA – As obrigações a que alude este instrumento perdurarão, inclusive, após a cessação de vínculo entre a **CONTRATADA** e o **TRE-RS**.

CLÁUSULA SÉTIMA – Toda e qualquer modificação das condições aqui estabelecidas só serão válidas mediante autorização expressa da outra parte.

CLÁUSULA OITAVA – A **CONTRATADA** compromete-se a dar ciência do teor do presente termo aos empregados e empregadas designados para a prestação dos serviços contratados.

CLÁUSULA NONA – A celebração do **TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE** não prejudica nem dispensa a celebração de outros instrumentos de responsabilidade e compromisso previstos para contratações específicas.

CLÁUSULA DÉCIMA – As partes elegem o foro da Subseção da Justiça Federal de Porto Alegre para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E por estarem assim justos e de acordo, firmam este Termo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

GENTE SEGURADORA S.A. - CONTRATADA.

